

SERVIÇOS DE NÃO AUDITORIA E SUSTENTABILIDADE CORPORATIVA: UMA ANÁLISE DAS EMPRESAS LISTADAS NA B3

1 INTRODUÇÃO

A independência do auditor é reconhecida como um princípio fundamental na atuação profissional de auditoria, sendo crucial para assegurar a fidedignidade e a transparência dos relatórios financeiros (Shi; Teoh; Zhou, 2023). A presença de auditoria independente tem sido associada à alocação eficiente de investimentos, além de contribuir para o aprimoramento do desempenho corporativo (Dell *et al.*, 2022).

Embora as firmas de auditoria tradicionalmente se concentrem na revisão das demonstrações financeiras, tem-se observado uma ampliação do seu escopo de atuação por meio da oferta de serviços não relacionados à auditoria (do inglês, *Non Audit Services – NAS*), como consultoria gerencial, assessoria fiscal, assecuração de informações corporativas e terceirização da auditoria interna (Doan *et al.*, 2020). Essa diversificação ocorre, em parte, devido ao acúmulo de conhecimento técnico especializado, gerando sinergias benéficas para as organizações contratantes (Hessian; Zalata; Hussainey, 2024).

Apesar disso, a literatura tem exaltado preocupações quanto aos impactos da prestação simultânea de serviços de auditoria e não auditoria ao mesmo cliente, sobretudo no que diz respeito à independência e à objetividade do auditor (Shi; Teoh; Zhou, 2023; Hessian; Zalata; Hussainey, 2024). Nessas situações, podem surgir riscos como a dependência econômica e o excesso de familiaridade com a empresa auditada (cliente), comprometendo a imparcialidade e o ceticismo profissional exigidos na auditoria (Simunic, 1984; Boiral *et al.*, 2019).

Além disso, essas empresas enfrentam demandas para promoção do desenvolvimento sustentável, implicando não somente o crescimento dos índices econômicos, mas também a necessidade de equilibrar dimensões econômicas, sociais e ambientais (Ma; Zhang; Dong, 2023). Paralelamente, evidências indicam que empresas que contratam auditores com alto nível de experiência para exercer atividades diversas tendem a exibir níveis mais elevados de desempenho organizacional (Ciconte; Knechel; Mayberry, 2022). Tal efeito decorre do fato de que a experiência desses profissionais pode favorecer o fortalecimento das unidades de negócio, a melhoria dos processos internos, o avanço do conhecimento técnico e prático, a capacitação dos colaboradores e o aprimoramento dos sistemas de informação.

Neste contexto, esta pesquisa examina a influência da contratação de serviços de não auditoria (*NAS*) sobre o desempenho em sustentabilidade das empresas brasileiras listadas da B3. O estudo concentra-se na relação entre os gastos com *NAS* e o grau de comprometimento das empresas contratantes com práticas sustentáveis, sinalizado por sua presença no Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE). Portanto, o objetivo consiste em examinar a influência da contratação de *NAS* sobre o desempenho em sustentabilidade das empresas listadas na B3.

Esta pesquisa pode contribuir para o avanço da literatura ao integrar os debates sobre independência do auditor, governança corporativa e sustentabilidade, com ênfase no efeito econômico dos *NAS* sobre práticas sustentáveis. Espera-se que os achados ofereçam subsídios a formuladores de políticas, reguladores e profissionais da contabilidade na avaliação da adequação regulatória da prestação conjunta de serviços e na promoção da transparência das informações corporativas (Ruiz-Barbadillo; Martínez-Ferrero, 2022).

2 REVISÃO DE LITERATURA

O fornecimento de *NAS* pelo auditor externo é considerado uma prática controversa, pois pode gerar conflitos de interesse que comprometem a independência do auditor (Shi; Teoh; Zhou, 2023). Entretanto, quando a mesma firma é responsável por ambos os serviços, pode ocorrer um efeito positivo de *spillover* de conhecimento, em que a experiência adquirida

durante a auditoria das demonstrações financeiras é transferida para a companhia auditada, de modo a contribuir para o aumento de seu desempenho (Ruiz-Barbadillo; Martínez-Ferrero, 2020; Shi; Teoh; Zhou, 2023).

Nesse contexto, o debate sobre o desempenho sustentável concentra-se na interação entre crescimento econômico, equidade social e gestão ambiental (Mingxing *et al.*, 2025). A sustentabilidade é frequentemente analisada a partir da abordagem *triple bottom line (TBL)*, que contempla três dimensões: social, econômica e ambiental (Bwabo; Zhiqiang; Mingxing, 2023). Além disso, a pressão exercida pelos *stakeholders* constitui um fator relevante para as empresas alinharem suas operações a práticas sustentáveis (Bastos Filho *et al.*, 2024).

Apesar de sua relevância, as empresas enfrentam dificuldades para efetivar o desempenho sustentável, destacando-se a limitação no acesso a financiamentos, os elevados custos, as inconsistências regulatórias, a resistência dos consumidores a preços mais elevados de produtos ecológicos e a restrição ao uso de tecnologias sustentáveis (Stoica, 2024). Nesse contexto, organizações podem se beneficiar do *spillover* de conhecimento e da experiência de auditores independentes, que interagem com os profissionais da empresa e compartilham informações ao longo do processo de auditoria, favorecendo a melhoria do desempenho sustentável (Ruiz-Barbadillo; Martínez-Ferrero, 2020; Hux; Bedard; Noga, 2023) Com base nesses argumentos, formulam-se as seguintes hipóteses:

Hipótese 1a (H_{1a}): A existência de serviços de não auditoria influenciam positivamente o desempenho em sustentabilidade da empresa.

Hipótese 1b (H_{1b}): A proporção de pagamento de serviços de não auditoria influenciam positivamente o desempenho em sustentabilidade da empresa.

Estudos anteriores avaliaram a relação entre o *NAS* e o desempenho empresarial. Hux, Bedard e Noga (2023) examinaram as percepções de profissionais experientes em auditoria e tributação sobre quando e como ocorre o compartilhamento de conhecimento. Os resultados indicam que esse processo pode ser potencializado ou limitado por fatores relacionados à relevância do conhecimento, motivação, oportunidades e cultura organizacional.

No que se refere à relação entre *NAS* e sustentabilidade, Silveira e Bellen (2025) investigaram o impacto da prestação conjunta de serviços de auditoria e de não auditoria sobre a qualidade da asseguuração externa. Utilizando dados em painel de empresas brasileiras de capital aberto que asseguraram suas divulgações de sustentabilidade entre 2012 e 2021, os autores constataram que a prestação conjunta desses serviços exerce efeito negativo sobre a qualidade da asseguuração. Esse resultado sugere que potenciais conflitos de interesse entre a firma de auditoria e a empresa relatora podem comprometer a independência do provedor.

3 METODOLOGIA

A população inicial deste estudo compreende empresas brasileiras de capital aberto com ações listadas na B3, entre 2018 e 2023. A amostra foi construída a partir do cruzamento das informações extraídas dos Formulários de Referência, da base de dados Economatica® e das listas anuais de composição do Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) da B3 S.A., resultando em um painel desbalanceado com 378 empresas e 1.759 observações válidas. Para as análises de *PNAS*, restrita às empresas que contrataram *NAS*, totalizou 386 observações.

Os dados referentes aos honorários de auditoria foram obtidos nos Formulários de Referência, especificamente nos campos que discriminam os valores pagos por serviços de auditoria independente, consultoria e atividades vinculadas a ofertas públicas. A participação no ISE foi identificada por meio das listas anuais de empresas integrantes, disponíveis no site oficial da B3. Já as variáveis econômico-financeiras foram extraídas da Economatica®.

O Quadro 1 apresenta um resumo das variáveis utilizadas no estudo, incluindo suas definições, fontes de dados e fundamentos teóricos.

Quadro 1 – Descrição das variáveis, métricas, fontes de dados e base teórica

Tipo	Variáveis	Descrição	Fonte dos dados	Base teórica
<i>Dependente</i>	Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISEB3)	Variável binária, que assume valor 1 se a empresa fizer parte do ISE, e 0 caso contrário.	Website B3	Simunic (1984); Boiral <i>et al.</i> , (2019)
<i>Independente</i>	Existência de honorários de não auditoria (DNAS)	Variável binária que assume valor 1 se existir pagamentos de consultoria ou oferta, e 0 caso contrário.	Formulário de Referência	Alareeni (2019); Huang e Kang (2022); Silveira e Bellen (2025)
	Proporção de honorários de não auditoria (PNAS)	Proporção entre o valor pago por serviços de consultoria e outros serviços e o total de honorários pagos ao auditor externo.	Formulário de Referência	Alareeni (2019); Huang e Kang (2022); Silveira e Bellen (2025)
<i>Controle</i>	Tamanho da empresa (TAM)	Logaritmo natural do total de ativos da empresa.	Economática®	Alareeni (2019); Huang e Kang (2022); Silveira e Bellen (2025)
	Alavancagem (ALA)	Relação entre o passivo total e o ativo total da empresa.	Economática®	Alareeni (2019) e Huang e Kang (2022)
	Auditoria por Big4 (BIG4)	Variável binária que assume valor 1 se a auditoria foi realizada por uma firma Big Four (EY, Deloitte, PwC ou KPMG), e 0 caso contrário.	Formulário de referência	Alareeni (2019); Huang e Kang (2022); Silveira e Bellen (2025)

Fonte: Elaborado pelos autores (2025).

Para atender ao objetivo geral, foram especificados modelos do tipo *Logit* em painel, estimados por máxima verossimilhança com erros-padrão robustos à heterocedasticidade. Essa abordagem permite avaliar a influência de uma empresa contratante integrar o ISE, em função do nível de contratação de *NAS* e de variáveis de controle.

$$ISEB3_{it} = \beta_0 + \beta_1 DNAS_{it-1} + \beta_2 TAM_{it-1} + \beta_3 ALA_{it-1} + \beta_4 BIG4_{it-1} + \tau_t + \sigma_s + \varepsilon_{it} \quad (1)$$

$$ISEB3_{it} = \beta_0 + \beta_1 PNAS_{it-1} + \beta_2 TAM_{it-1} + \beta_3 ALA_{it-1} + \beta_4 BIG4_{it-1} + \tau_t + \sigma_s + \varepsilon_{it} \quad (2)$$

Onde: $ISEB3_{it}$ representa a participação da empresa i no período t no Índice de Sustentabilidade Empresarial da B3; $DNAS_{it}$ corresponde a existência de pagamentos de honorários de não auditoria para a empresa i no período t ; $PNAS_{it}$ são os honorários de não auditoria para a empresa i no período t ; TAM_{it} é o tamanho da empresa i no período t ; ALA_{it} é o grau de alavancagem da empresa i no período t ; $BIG4_{it}$ é uma *dummy* se a empresa i é auditada por uma *Big Four* no período t ; τ_t e σ_s são, respectivamente, os efeitos fixos de ano e de setor; ε_{it} é o termo de erro que varia em i e t .

4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Na estatística descritiva do Modelo 1, com amostra composta por 1.759 observações, a variável *ISEB3* apresentou média de 0,09 e desvio-padrão de 0,28, refletindo a proporção de observações pertencentes ao Índice de Sustentabilidade Empresarial da B3 no período analisado. *DNAS* registrou incidência média de 0,22 e desvio-padrão de 0,41, sinalizando variação relevante entre as empresas na decisão de contratar *NAS*.

No Modelo 2, que considera uma amostra de 386 observações restritas às empresas que contrataram *NAS*, a variável *ISEB3* apresentou média de 0,20 e desvio-padrão de 0,40,

sugerindo maior presença relativizada no índice entre as contratantes de *NAS*. *PNAS* registrou média de 18% e desvio-padrão de 13 pontos percentuais, indicando dispersão intragrupo relevante na proporção de contratação de *NAS*.

Em conjunto, os resultados descritivos indicam que a contratação de *NAS* não é residual na amostra e que, entre as empresas que contratam esses serviços, a presença no *ISEB3* é, em média, mais elevada, diferença de desvio-padrão bruto de 11 pontos percentuais que sugere associação positiva em *DNAS*. Essa interpretação, contudo, permanece não causal.

A Tabela 1 apresenta os resultados dos modelos *Logit* estimados para examinar a influência dos *NAS* sobre o desempenho sustentável das empresas listadas na B3, mensurado pelo Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE).

Tabela 1 - Modelos ISE B3

Variáveis	Modelo 1		Modelo 2	
	<i>ISEB3 (Coef.)</i>	<i>ISEB3 OR</i>	<i>ISEB3 (Coef.)</i>	<i>ISEB3 OR</i>
<i>DNAS</i>	0,713*** (0,200)	2,040 (0,408)		
<i>PNAS</i>			-0,151 (1,846)	0,860 (1,587)
<i>TAM</i>	1,009*** (0,083)	2,743 (0,227)	0,947*** (0,182)	2,579 (0,470)
<i>ALA</i>	0,124*** (0,021)	1,131 (0,024)	1,381 (0,917)	3,979 (3,649)
<i>BIG4</i>	0,806** (0,373)	2,240 (0,836)	1,962* (1,026)	7,113 (7,297)
<i>Constante</i>	-19,631*** (1,397)	-	-20,081*** (3,491)	-
<i>EF Setor</i>	<i>Sim</i>	<i>Sim</i>	<i>Sim</i>	<i>Sim</i>
<i>EF Ano</i>	<i>Sim</i>	<i>Sim</i>	<i>Sim</i>	<i>Sim</i>
<i>Observações</i>	1.619	1.619	205	205
<i>R² McFadden</i>	34,99%	34,99%	31,33%	31,33%
<i>LR χ^2</i>	403,98***	403,98***	72,73***	72,73***

Nota: A tabela apresenta as estimações dos modelos *Logit* com efeitos fixos de ano e setor, estimados a partir de variáveis explicativas defasadas em um ano e com erros-padrão robustos. As razão de chances são reportadas em colunas separadas *Odds Ratio (OR)*. A qualidade do ajuste foi avaliada pela área sob a curva ROC (AUC), pelo teste de *Hosmer–Lemeshow* para calibração, pelo *Pseudo R² de McFadden* e pelo teste de razão de verossimilhança (*LR χ^2*) em relação ao modelo nulo, todos seguidos de seus respectivos *p-valores*. Foram também calculados os efeitos marginais para interpretação da magnitude dos impactos sobre a probabilidade prevista. A amostra efetiva, após a aplicação da defasagem e das restrições, corresponde a 1.619 observações no Modelo 1 e 205 no Modelo 2. Como diagnóstico de multicolinearidade, os valores de *VIF* máximo foram de 1,35 no Modelo 1 e 1,28 no Modelo 2, não havendo indícios de colinearidade. Legenda: ***, ** e * indicam níveis de significância de 1%, 5% e 10%, respectivamente. Fonte: Elaborada pelos autores (2025).

Os achados evidenciam que a contratação de *NAS (DNAS)* está associada a uma maior probabilidade de as empresas integrarem o ISE. Esse achado sugere que a presença de *NAS* pode funcionar como um indicativo de competências organizacionais e de capacidade de atendimento a critérios de sustentabilidade. Em outras palavras, a relação entre empresa e firma de auditoria, ampliada por serviços adicionais, pode favorecer o acesso a conhecimento e práticas que se refletem em maior alinhamento às exigências do índice.

Os achados evidenciam que a contratação de *NAS (DNAS)* está associada a uma maior probabilidade de as empresas integrarem o ISE, indicando que a contratação de *NAS* no período anterior está associada a uma razão de chances cerca de 104% maior de integração ao ISE. O efeito positivo de *DNAS* é consistente com o processo de *spillover* de conhecimento entre serviços (Ciconte; Knechel; Mayberry, 2022), em linha com evidências qualitativas sobre compartilhamento de experiência em auditoria e tributos (Hux; Bedard; Noga, 2023). Em

contrapartida, esses resultados divergem de parte da literatura que enfatiza ameaças à independência decorrentes da prestação conjunta de auditoria e serviços adicionais (Simunic, 1984; Doan *et al.*, 2020; Shi; Teoh; Zhou, 2023). Isso sugere que, no contexto brasileiro, a presença de *NAS* pode sinalizar capacidades organizacionais que favorecem o cumprimento dos critérios do ISE, embora não elimine preocupações quanto à independência.

Considerando apenas as empresas que contrataram *NAS*, a proporção desses serviços não apresentou efeito significativo. Isso significa que, uma vez presente a contratação de *NAS* ($DNAS = 1$), o volume de gastos com *NAS* não diferenciou adicionalmente a probabilidade de integração ao ISE. A ausência de efeito para *PNAS* sugere que diferenças internas no nível de dispêndio em *NAS* não necessariamente se traduzem em maior elegibilidade ao ISE. Uma explicação possível está na heterogeneidade dos serviços agrupados sob a categoria *NAS*, que podem variar em escopo, finalidade e alinhamento estratégico, além do papel mediador da governança corporativa. Ademais, no contexto brasileiro, há evidências de que a combinação entre auditoria e asseguração pode até reduzir a qualidade percebida da asseguração (Silveira; Bellen, 2025), ajudando a compreender por que a proporção, isoladamente, não discrimina as empresas elegíveis.

Em síntese, os resultados indicam que a presença de *NAS* ($DNAS$) está associada a maior probabilidade de participação no ISE dando suporte a H_{1a} — a existência de serviços de não auditoria influenciam positivamente o desempenho em sustentabilidade da empresa —, mas a proporção (*PNAS*) não adiciona evidência adicional entre as contratantes, não dando suporte a H_{1b} — a proporção de pagamento de serviços de não auditoria influenciam positivamente o desempenho em sustentabilidade da empresa. Os resultados sugerem que contratar *NAS* atua como sinal de capacidades e governança associadas ao ISE, enquanto a proporção dos honorários não agrega evidência adicional entre as contratantes.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa atingiu o seu objetivo, cujos achados indicam que a presença de *NAS* está positivamente associada à integração das empresas ao ISE, enquanto a sua proporção não apresenta significância estatística no subconjunto de contratantes. Em conjunto, os resultados sugerem que ter ou não *NAS* funciona como sinalizador de capacidades organizacionais e de práticas de governança vinculadas ao ISE, ao passo que variações internas no nível de dispêndio em *NAS* não acrescentam poder discriminatório adicional.

Em síntese, os resultados distinguem decidir contratar *NAS* da proporção de *NAS* e oferecem suporte apenas à primeira como associada à participação no ISE B3, evidência compatível com mecanismos de sinalização e capacidades organizacionais, que amplia o corpo de estudos no contexto brasileiro com métrica baseada no ISE. Do ponto de vista prático, recomenda-se que gestores priorizem qualidade dos *NAS* às agendas de governança e ESG, em detrimento do aumento de sua participação relativa nos honorários; que reguladores privilegiem transparência e desagregação por tipologia de *NAS*, em vez de limites uniformes de montante; e que investidores interpretem a presença de *NAS* como sinal associativo de maturidade organizacional, sem inferência causal.

Esses resultados devem ser interpretados considerando limitações. As evidências são de natureza observacional e refletem o contexto específico do mercado brasileiro. Ademais, as medidas de *NAS* agregadas em 2023 incorporam defasagem temporal, já que a contratação em um período pode influenciar a participação no ISE apenas no exercício seguinte. Para pesquisas futuras, recomenda-se avançar no uso de métricas *ESG* alinhadas à materialidade setorial, na desagregação dos serviços de *NAS* por tipologia e em análises comparativas com empresas de países da OCDE.

REFERÊNCIAS

- ALAREENI, B. A. The associations between audit firm attributes and audit quality-specific indicators: A meta-analysis. **Managerial Auditing Journal**, [s. l.], v. 34, n. 1, p. 6–43, 2019.
- BOIRAL, O. *et al.* Ethical Issues in the Assurance of Sustainability Reports: Perspectives from Assurance Providers. **Journal of Business Ethics**, [s. l.], v. 159, n. 4, p. 1111–1125, 2019.
- BWABO, M. H.; ZHIQIANG, M.; MINGXING, L. Unobserved heterogeneity of dynamic capability and sustainable performance of dairy microfirms. **South African Journal of Economic and management Sciences**, [s. l.], v. 26, n. 1, 2023.
- CICONTE, W.; KNECHEL, W. R.; MAYBERRY, M. A. Investments in Auditor-Provided Non-Audit Services and Future Operating Performance. **Auditing: A Journal of Practice & Theory**, [s. l.], v. 41, n.2, p. 141–164, 2022.
- DELL, S. *et al.* The independent audit for nonprofits: Does it make a difference? **Public Organizations Review**, v. 23, n. 4, p. 1437-1453, 2022.
- DOAN, N. T. *et al.* The Effect of Non-Audit Services on Auditor Independence: Evidence from Vietnam. **The Journal of Asian Finance, Economics and Business**, [s. l.], v. 7, n. 12, p. 445–453, 2020.
- HESSIAN, M.; ZALATA, A. M.; HUSSAINEY, K. The effect of non-audit fees on interest payments classification shifting: does internal governance and firm financial well-being matter?. **Journal of Applied Accounting Research**, [s. l.], v. 26, n. 1, p. 57–89, 2024.
- HUANG, X.; KANG, F. Do high-reputation companies pay more non-audit fees?. **Accounting Research Journal**, [s. l.], v. 35, n. 2, p. 145–159, 2022.
- HUX, C. T.; BEDARD, J. C.; NOGA, T. J. Knowledge Sharing in Auditor-Provided Tax Services: Experiences of Audit and Tax Personnel. **The Journal of the American Taxation Association**, [s. l.], v. 45, n. 1, p. 63–89, 2023.
- MA, L.; ZHANG, X.; DONG, L. Enhancing Sustainable Performance: The Innovative Strategy of Digital Transformation Leading Green Collaborative Management. **Sustainability**, [s. l.], v. 15, n. 17, p. 13085, 2023.
- MINGXING, L. *et al.* Exploring the necessity of corporate dynamic capability and sustainable performance. **South African Journal of Economic and Management Sciences**, [s. l.], v. 28, n. 1, 2025. Disponível em: <https://sajems.org/index.php/sajems/article/view/5830>. Acesso em: 30 ago. 2025.
- RUIZ-BARBADILLO, E.; MARTÍNEZ-FERRERO, J. The choice of incumbent financial auditors to provide sustainability assurance and audit services from a legitimacy perspective. **Sustainability Accounting, Management and Policy Journal**, [s. l.], v. 13, n. 2, p. 459–493, 2022.
- RUIZ-BARBADILLO, E.; MARTÍNEZ-FERRERO, J. Empirical analysis of the effect of the joint provision of audit and sustainability assurance services on assurance quality. **Journal of Cleaner Production**, [s. l.], v. 266, p. 121943, 2020.
- SHI, L.; TEOH, S. H.; ZHOU, J. Non-Audit Services in Audit Committee Interlocked Firms, Financial Reporting Quality, and Future Performance. **Journal of Accounting, Auditing & Finance**, [s. l.], v. 38, n. 4, p. 804–832, 2023.
- SILVEIRA, G. B.; BELLEN, H. M. V. Efeito da prestação conjunta de serviços de auditoria e não auditoria na qualidade da asseguarção externa das divulgações de sustentabilidade. **Revista Contabilidade & Finanças**, [s. l.], v. 36, n. 97, p. e2034, 2025.
- SIMUNIC, D. A. Auditing, Consulting, and Auditor Independence. **Journal of Accounting Research**, [s. l.], v. 22, n. 2, p. 679, 1984.
- STOICA, M. CHALLENGES FACING SUSTAINABLE ENTREPRENEURSHIP. **Three Seas Economic Journal**, [s. l.], v. 5, n. 3, p. 1–8, 2024.